

IDENTIFICACIÓN DE LOS DOCUMENTOS DE ARCHIVO EN LOS PARÁMETROS DE LA DIPLOMÁTICA Y LA TIPOLOGÍA DOCUMENTAL

Alexandre Faben*
Ana Célia Rodrigues**

Resumen

Aborda la identificación de documentos de archivo y los principios adoptados para la denominación y agrupación de las series documentales tipológicas. Comprender la serie documental es esencial, porque al adoptar la Tipología Documental como metodología para identificar el documento de archivo por la acción que lo originó y agregarlo utilizando este principio, toda la propuesta para el tratamiento técnico del archivo recaerá en la serie tipológica. Pero si, en términos generales, consideramos la serie como una secuencia de documentos sobre el mismo tema, la identificación, clasificación y evaluación de los documentos se centrará en los temas que están en los documentos de archivo, y no en las acciones que los hicieron existir. Se espera que los resultados sirvan como parámetros para reflexionar sobre las necesidades de estandarizar la identificación de documentos y su denominación correcta en función de las funciones y actividades, un criterio que no permite interpretaciones. Integra la producción científica del Grupo de investigación Génesis documental Archivística, UFF / CNPq.

* Departamento de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil. alexandrefaben@gmail.com

** Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil. anyrodrigues@yahoo.com.br

Palabras clave: Identificación; Documento de archivo; Tipología documental; Serie documental

IDENTIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO NOS PARÂMETROS DA DIPLOMÁTICA E TIPOLOGIA DOCUMENTAL

Resumo

Aborda a identificação de documentos de arquivo e os princípios adotados para a denominação e agrupamento da série documental, fundamentada nos parâmetros da Tipologia Documental. Compreender a série documental é imprescindível, pois ao adotar a Tipologia Documental como metodologia para identificar o documento de arquivo pela ação que lhe deu origem e agrupá-lo utilizando este princípio, sobre a série tipológica recairá toda a proposta de tratamento técnico arquivístico. Mas, se, genericamente, considerarmos a série como uma sequência de documentos sobre o mesmo assunto, a identificação, classificação e avaliação dos documentos incidirão sobre os temas que estão nos documentos de arquivo, e não sobre as ações que os fizeram existir. Espera-se que os resultados sirvam de parâmetros para as reflexões sobre as necessidades de padronizar a identificação dos documentos e sua correta denominação a partir das funções e atividades, critério que não permite interpretações equivocadas. Integra a produção científica do Grupo de Pesquisa Gênese Documental Arquivística, UFF/CNPq.

Palavras-chave: Identificação; Documento de Arquivo; Tipologia Documental; Série Documental

IDENTIFICATION OF ARCHIVAL DOCUMENTS IN THE CONTEXT OF THE DIPLOMATIC AND DOCUMENTARY TYPOLOGY

Abstract

Discusses the identification of archival documents and the principles adopted for the designation and grouping of the record series. Understanding the record series is essential, because when adopting

the Documentary Typology as a methodology to identify the archival document for the action that gave rise to it and to group them using this principle, on the typological records series will fall the whole proposal of archival technical treatment. But if we generally consider the record series as a sequence of documents on the same subject, the identification, classification, and appraisal of the archival documents will focus on the subjects that are on the records, not on the actions that I have taken they exist. It is hoped that the results serve as parameters for the reflections on the need to standardize the identification of the documents and their correct denomination from the functions and activities, a criterion that does not allow misinterpretations. Integrates the scientific production of the Research Group Archival Science Documentary Genesis, UFF / CNPq.

Keywords: Identification; Archival Document; Documentary Typology; Record Series

Recibido: 15/02/2020

Aprobado:22/04/2020

Introdução

Este artigo¹ aborda a identificação de documentos de arquivo e os princípios adotados para a denominação e agrupamento da série documental, fundamentada nos parâmetros da Tipologia Documental.

A identificação é uma fase intelectual da metodologia arquivística, onde são realizados os estudos de Diplomática e Tipologia Documental. Trata-se de um método de pesquisa sobre os elementos que caracterizam os seus dois objetos de estudos: órgão produtor e tipologia documental. A identificação traz em seu aporte teórico e metodológico novas perspectivas de investigação e, mostra-se uma tendência de pesquisa em Arquivologia, no século XXI, na medida em que estuda os documentos de arquivo em seu contexto orgânico-funcional.

1 Recorte da dissertação de mestrado intitulada “Identificação de documentos de arquivo no contexto da gestão de documentos no Brasil” desenvolvida com bolsa CAPES, no âmbito da Linha 2, Fluxos e Mediações Sócio-técnicas da Informação, do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense, PPGCI/UFF, sob orientação da Profa. Dra. Ana Célia Rodrigues.

O documento de arquivo, sempre esteve no centro dos debates teóricos e profissionais da área. O seu caráter orgânico, assim como as características que o tornam exclusivo em seu contexto de produção, instigam a refletir sobre uma metodologia segura que permita reconhecê-lo como prova da ação que lhe deu origem.

Por definição, de acordo com o Dicionário de Terminologia Arquivística, publicado pela Associação de Arquivistas de São Paulo, os documentos de arquivo “independente do suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas” (Camargo; Bellotto, 1996, p. 41).

Neste sentido, na tradição arquivística brasileira, os documentos de arquivo identificados nos parâmetros da Diplomática são reconhecidos pela espécie documental, que é “a configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas” (Camargo; Bellotto, 1996 p. 46), e pelo tipo documental, por definição, a “configuração que assume uma espécie documental, de acordo com a atividade que a gerou” (Camargo; Bellotto, 1996, p.80). E, de forma coerente, reunidos e agrupados por série, portanto, a “sequência de unidades de um mesmo tipo documental” (Camargo; Bellotto, 1996 p. 47).

Já para o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, publicado pelo Arquivo Nacional, a série é definida como a “subdivisão do quadro de arranjo que corresponde a uma sequência de documentos relativos a uma mesma função, atividade, tipo documental ou assunto” (Dicionário, 2005, p. 153). Esta definição mostra uma discrepância, pois este conceito assume o agravante de colocar no mesmo nível, sem diferenciá-los, tipos documentais, espécies, assuntos e elementos estruturais e/ou funcionais do órgão produtor. Da mesma forma que este dicionário, elaborado pelo Arquivo Nacional do Brasil, define o tipo documental como uma “divisão de espécie documental” (Dicionário, 2005, p. 162).

Tais problemas conceituais observados são nucleares para o debate arquivístico, pois interferem no próprio entendimento do que é o documento de arquivo, como denominá-lo e de que modo ocorre o agrupamento por série documental.

A metodologia adotada pelo Arquivo Nacional do Brasil, a partir da concepção dos conceitos do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, identifica o documento de arquivo genericamente por assunto, porém estudos fundamentados na Diplomática e Tipologia Documental reconhecem

o documento de arquivo pela ação que determina sua produção. Desta forma, infere-se que a escolha de determinados conceitos compromete o desenvolvimento do tratamento técnico arquivístico e, portanto, seus resultados.

Perspectivas abertas nos estudos desenvolvidos por Rodrigues (2003; 2008), destacam a importância da identificação do documento de arquivo realizada nos parâmetros da Diplomática e Tipologia Documental para a gestão de documentos e tratamento de documentos acumulados.

Disto decorre a necessidade de um parâmetro científico para identificá-los, conhecimento que permite ao arquivista chegar à essência do documento, para denominá-lo e defini-lo como próprio de arquivo e, portanto, planejar adequadamente seu tratamento documental, em qualquer situação que se apresente ao longo do ciclo vital (Rodrigues, 2008, p. 133).

Identificar o documento de arquivo com base em sua Tipologia Documental pressupõe que ele é produto de uma atividade específica e que foi produzido dentro de um contexto. Desta forma, por ser produto de uma ação é possível compreender sua natureza probatória, evidenciada pelo tipo documental.

A identificação de tipologia documental, etapa de estudo da gênese do documento de arquivo no contexto da identificação arquivística, permite estabilidade para atribuir nomes aos documentos de arquivo (Fabem; Rodrigues, 2017a). Além disso, possibilita identificá-los corretamente nos parâmetros da Diplomática e Tipologia Documental, para realizar as funções de classificação, avaliação e descrição arquivística.

Da discussão sobre o conceito de documento de arquivo e um parâmetro para reconhecê-lo e agrupá-lo, decorre o necessário debate sobre o conceito de série documental, nuclear para a Arquivologia. Sobre este conceito não há consenso na literatura da área e por isso se considera relevante somar esforços para a reflexão deste tema.

Estudar a série documental é imprescindível, pois ao adotar a Tipologia Documental como metodologia para identificar o documento de arquivo pela ação que lhe deu origem e agrupá-los utilizando este princípio, sobre a série tipológica recairá toda a proposta de tratamento técnico arquivístico. Mas, se, genericamente, considerarmos a série como uma sequência de documentos sobre o mesmo assunto, a identificação, classificação e avaliação dos documentos incidirão sobre os temas que estão nos documentos de arquivo, e não sobre as ações que os fizeram existir.

O reconhecimento de documentos de arquivo pelo assunto de que tratam compromete a transparência e a qualidade dos serviços arquivísticos. Se não sabemos quais são os documentos de arquivo, por quem foram produzidos e qual o motivo de sua produção, não temos informações suficientes sobre sua natureza probatória.

Ao observar diferentes definições nos dicionários de terminologia arquivística, percebe-se uma disparidade de critérios ao definir procedimentos para identificar e agrupar os documentos de arquivo. A importância desta questão foi ressaltada por Ana Maria de Almeida Camargo, no seminário “Dar nome aos documentos: da teoria à prática”, ao apresentar a seguinte reflexão:

A nomeação adequada dos documentos, para fins de organização e descrição dos arquivos, tem sido bastante negligenciada. Na medida em que a própria disciplina arquivística se fundamenta nas práticas administrativas dos organismos públicos, em que predominam as ações sequenciais e seu correlato documental - os processos -, observa-se entre nós um curioso fenômeno: muitos profissionais se eximem de identificá-los, na suposição de que, sendo todos da mesma espécie, basta reconhecê-los pela função que cumprem ou pelo assunto de que tratam. É o que se observa na maioria das tabelas de temporalidade vigentes e também, por razões diversas, nos instrumentos de pesquisa que, seguindo à risca normas feitas à imagem e semelhança do que se pratica com livros, registram o ‘título’ do documento (Camargo, 2015, p.14).

O exemplo posto acima é reflexo do que acontece em alguns Arquivos Públicos brasileiros, tendo em vista que o Arquivo Nacional (2001), influenciou a gestão de documentos daquelas instituições, no momento em que publicou, conforme a Resolução nº 14 do Conselho Nacional de Arquivos, CONARQ, dois instrumentos de gestão de documentos: Código de Classificação de Documentos de Arquivo e Tabela Básica de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às Atividades-meio da Administração Pública Federal.

A metodologia de gestão de documentos elaborada pelo Arquivo Nacional, que tem como princípio metodológico o Código de Classificação Decimal, é imposta às instituições pertencentes ao Poder Executivo Federal. Porém, é interessante destacar que, existem instituições que possuem autonomia de gestão administrativa, como é o caso dos Arquivos Públicos Estaduais brasileiros, que utilizam a metodologia do Arquivo Nacional e, “reconhecem os documentos pelos assuntos de que tratam” (Manual, 2014, p. 33-34).

Rodrigues (2008) demonstra preocupação com as questões relacionadas à padronização do reconhecimento dos documentos de arquivo, ao constatar que:

No Brasil a profusão de modelos e parâmetros conceituais usados para identificar documentos de arquivos e para planejar a gestão documental, explica-se pela ausência de preocupações quanto à padronização, questão que não vem sendo priorizada pela área. Esta situação se agrava diante da necessidade de padrões para reconhecer e denominar o documento de arquivo (Rodrigues, 2008, p.233).

Reconhecer o documento de arquivo genericamente por assunto compromete o rigor científico da prática em Arquivologia, pois os vínculos de proveniência e organicidade não são respeitados. Além disso, a classificação torna-se ambígua e subjetiva. Há opacidade nas informações, na medida em que o documento de arquivo não é nomeado corretamente. No que se refere à tabela de temporalidade, o prazo de guarda é estabelecido em níveis acima do tipo documental, o que traz problemas, interferindo consequentemente nos prazos para eliminação e guarda permanente.

Por esta razão, os documentos de arquivo não devem ser reconhecidos pelo assunto, mas pela ação que determinou sua produção em determinado contexto. O tipo documental, denominação dada ao documento de arquivo, sintetiza esta perspectiva. A necessidade de identificar documentos em seu contexto de produção conduz a área à reflexão sobre a identificação como processo arquivístico e seus instrumentos, somam-se às discussões sobre a posição que ocupa no contexto das metodologias arquivísticas (Rodrigues, 2010, p. 187-188).

Faben e Rodrigues (2017b), ao analisarem a identificação de documentos no contexto ibero-americano, permitem afirmar que os processos de identificação não foram suficientemente estudados e, sobretudo, os parâmetros conceituais que fundamentam esta tarefa no âmbito das práticas em Arquivologia.

Como desdobramento destas investigações, “constatou-se a necessidade de aprofundar os estudos sobre os processos de identificação de documentos, através dos instrumentos de gestão de documentos desenvolvidos no Brasil”, conforme a dissertação de mestrado “Identificação de documentos de arquivo no contexto da gestão de documentos no Brasil, pesquisa realizada com bolsa CAPES no âmbito do PPGCI/UFF sob orientação da professora Ana Célia Rodrigues (Faben, 2019).

Neste cenário, levantamos a seguinte questão: como a identificação de documentos é realizada no contexto arquivístico brasileiro nos parâmetros da Diplomática e Tipologia Documental?

Este artigo tem por objetivo geral: analisar os fundamentos da identificação dos documentos de arquivo nos parâmetros da Diplomática e Tipologia documental. Para alcançar este fim, especificamente, pretende-se apresentar os fundamentos teóricos e metodológicos da Diplomática e Tipologia Documental para identificar os documentos de arquivo no contexto da identificação arquivística e descrever os conceitos que fundamentam a identificação de documentos nas práticas profissionais.

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa caracteriza-se sendo bibliográfica e documental, que segundo Braga (2007, p. 25), “tem o objetivo de reunir dados, informações, padrões, ideias ou hipóteses sobre um problema ou questão de pesquisa com pouco ou nenhum estudo anterior”.

Nesse sentido, a pesquisa busca sistematizar abordagens teóricas e práticas sobre a identificação de documentos de arquivo fundamentada na Tipologia Documental.

Documentos de arquivo, tipo e série documental: identificação nos parâmetros da Diplomática e Tipologia Documental

Os documentos de arquivo, por possuírem características singulares, exigem uma metodologia que seja capaz de reconhecê-los com rigor científico para expressar os vínculos de proveniência e organicidade inerentes a sua própria gênese. Para que seja possível compreender a identificação do documento de arquivo é esclarecedor partir de sua própria conceituação.

De acordo com Bellotto (2010, p. 161), “a indissolubilidade entre a informação, o meio documental no qual ela está vinculada, o suporte, a proveniência e, sobretudo, o vínculo entre os documentos do mesmo contexto genético é um dos pilares para a doutrina arquivística”.

José Ramón Cruz Mundet (2012, p. 55-56), explica que:

Os elementos que caracterizam o documento são: o suporte que lhe confere corporeidade física, e pode ser desde uma tábua de barro até um disco óptico. A informação que o documento transmite é seu registro, isto é, a fixação da informação no suporte, seja mediante tinta ou códigos binários (CRUZ MUNDET, 2012, p. 55-56, tradução nossa).

Um documento de arquivo é um documento mantido por uma instituição, família ou pessoa como informação ou testemunho de suas atividades, direitos e obrigações (Barbadillo Alonso, 2007, p. 1). Antonia Heredia Herrera (2011, p.17), afirma ser óbvio que o documento de arquivo é o nosso objeto de trabalho e estudo.

Luciana Duranti (1997, p.215), elucida que o conceito de vínculo arquivístico está no centro da Ciência Arquivística:

Além de determinar a estrutura dos fundos de arquivo, o vínculo arquivístico é o principal componente identificador de cada documento, assim vários documentos idênticos tornam-se distintos depois de adquirirem o vínculo arquivístico. Porque é esse vínculo que transforma um documento em um documento de arquivo (Duranti, 1997, p. 215).

O documento de arquivo só pode ser compreendido completamente em relação aos demais documentos produzidos em decorrência da mesma função ou atividade em um determinado contexto. Tem a ver com a rede de relações que cada documento possui com outros documentos do mesmo conjunto. O vínculo arquivístico surge quando um documento de arquivo é produzido e assim ligado a outro no cumprimento de uma função ou atividade.

Essa capacidade inerente aos documentos de arquivo de capturar os fatos, suas causas e consequências, e de preservar e estender no tempo a memória e a evidência desses fatos, deriva da relação especial entre os documentos e a atividade da qual eles resultam, relação essa que é lentamente explorada no nível teórico pela diplomática e no nível prático por leis nacionais [...] Os documentos estão ligados entre si por um elo que é criado no momento em que são produzidos ou recebidos, que é determinado pela razão de sua produção e que é necessário à sua própria existência, à sua capacidade de cumprir seu objetivo (Duranti, 1994, p. 50-51).

Essa explicação demonstra uma contribuição significativa da Diplomática para o pensamento arquivístico, que é a conexão estreita entre os documentos de arquivo e seu contexto de produção.

Os documentos de arquivo nascem de um processo natural, são produtos das ações e atividades do seu produtor. Como princípio geral, o documento de arquivo só tem sentido dentro de um determinado contexto. “A razão de existir do documento de arquivo é dada pelas relações estabelecidas entre os documentos e o produtor que lhe deu origem”, complementa Cruz Mundet (2011, p. 56).

Além disso, contamos ainda com qualidades que os definem, características próprias e exclusivas ao documento de arquivo que o distingue dos demais documentos. Integram conjuntos do mesmo contexto de produção/acumulação, são únicos, orgânicos e indivisíveis. “Eles devem ser o resíduo involuntário e não consciente de uma ação” (Duranti, 1994, p. 59).

A organicidade é a qualidade segundo a qual os documentos de arquivos refletem as funções e atividades de quem os produziu, inerente a própria gênese do documento de arquivo, tem a ver com o seu contexto de produção e acumulação.

Se o princípio da organicidade é a teorização da rede de relações que guardam entre si os documentos, refletindo as mesmas relações que há entre a competência, funções e atividades dos documentos produzidos mesma entidade ou pessoa, a diplomática, já lhe fornece de antemão o seu instrumental de autenticação, permitindo que se constate essa trama de dispositivos legais e de estruturas definidas oficialmente nas quais se assentam a produção e a possibilidade dos documentos produzirem os efeitos para o quê foram produzidos (Bellotto, 2015, p.12).

Qualidade exclusiva dos documentos de arquivo, a organicidade é revelada pela Tipologia Documental, quando a ação que deu origem ao documento é vinculada à atividade e/ou função que o produziu. É por isso que a teoria arquivística se concentra no elo vital entre atividade funcional e o documento de arquivo, ou seja, o contexto em que os documentos de arquivo foram produzidos e acumulados.

Como os documentos de arquivo são criados para expressar uma ação e sendo produto dessa ação, eles são, como Jenkinson colocou, “livres da suspeita de preconceito em relação aos interesses nos quais nós os usamos agora”. Isso não significa que seus criadores e autores estejam isentos de preconceitos, apenas que as razões e circunstâncias de sua criação asseguram que elas não foram escritas “no interesse ou para a informação da Posteridade”. Se o documento é imparcial nesse sentido, podemos colocar nossa fé em sua fidelidade aos fatos e aos atos dele. É claro que, se for corrompida pela mácula de interesse posterior, essa qualidade será prejudicada. Como os documentos arquivísticos mantêm essa promessa de fidelidade a fatos e atos, eles também ameaçam revelar fatos e atos que algum interesse preferiria não revelar. Proteger os registros contra a corrupção é, portanto, um dever dos arquivistas, cujos métodos e práticas precisam ser concebidos, tanto quanto possível, para preservar a imparcialidade (Eastwood, 1994, p. 127, tradução nossa).

Por isso, um documento autêntico é aquele que pode provar que é o que pretende ser, ou seja, possui formalidades necessárias para que se reconheçam a sua proveniência e organicidade. “O documento só é de arquivo se os vínculos de proveniência e organicidade se reservarem autênticos em seu conteúdo” (Rodrigues, 2008, p.43). “Por isso não ocorre nascimento de documento de arquivo algum, se não, dentro do seu lugar de proveniência e de organicidade” (Bellotto, 2010, p. 167). “A organicidade diz respeito à qualidade que os arquivos devem ser organizados conforme a competência, as funções e as atividades da entidade produtora” (Duranti, 1994, p.12).

O princípio da proveniência é o “princípio segundo o qual os arquivos originários de uma instituição ou de uma pessoa devem manter sua individualidade, não sendo misturado aos de origem diversa” (Camargo; Bellotto, 1996, p. 69). “Proveniência é a marca de identidade do documento relativamente ao produtor/acumulador” (Bellotto, 2014, p. 367). O princípio da proveniência determina, assim, a organicidade dos fundos e dos arquivos. E isto implica que nenhum fundo deverá ser tratado como uma coleção.

Francisco Fuster Ruiz, reflete que:

No documento de arquivo, sua relação com a entidade produtora é essencial, assim como as outras circunstâncias que condicionam seus caracteres externos e internos, sua finalidade e os meios pelos quais chegou ao arquivo. Portanto, somente considerado aos demais documentos que formam o conjunto documental é que ele possui uma natureza cientificamente arquivística. O documento único, isolado, sem conhecimento de sua proveniência orgânica, não tem esse sentido. É aqui que derivam os princípios fundamentais que diferenciam a arquivística das demais Ciências da Documentação: o caráter seriado dos documentos, o sentido dos arquivos como um conjunto orgânico de documentos e nunca como coleção documental, e o princípio da proveniência (Fuster Ruiz, 1999, p. 104-105, tradução nossa).

O documento de arquivo é produzido em caráter seriado, repetido, produto da mesma ação registrada como prova de seu desenvolvimento, por tanto, constituem séries documentais e sobre elas versam toda proposta de tratamento técnico arquivístico. Cada série será o resultado da produção do mesmo tipo documental, vinculada à mesma função ou atividade que o gerou, perspectiva da Tipologia Documental para agrupar os documentos de um mesmo conjunto.

Antonia Heredia Herrera, (1991, p. 65), considera ser um equívoco a ambiguidade na denominação de documentos de arquivo. Segundo a autora “podem afetar os aspectos jurídico e administrativo, e o aspecto diplomático”.

Ramón Aguilera Murguía, (2011, p. 120), afirma que as séries documentais são únicas. “Elas testemunham atividades que são realizadas por uma unidade responsável, de acordo com o princípio administrativo de que a mesma função não pode ser executada por duas unidades administrativas diferentes”.

Sobre a série documental Antônia Heredia Herrera, (2011, p.173), insiste que “é a unidade básica do fundo. Assim, pode-se dizer que um fundo é composto de todas as séries que são testemunho de todas as atividades de um produtor” [...] “A sequência contínua de documentos que testemunham uma mesma atividade” [...] “O tipo documental corresponde aos documentos que compõem a série”.

A denominação dos tipos documentais é essencial para que seja possível a formação das séries documentais.

Antonia Heredia Herrera, (2011, p.167), ressalta que “os documentos que compõem cada série geralmente respondem ao mesmo tipo documental”. Da mesma forma que o nome do tipo documental é indispensável para dar nome à série por documentos do mesmo tipo, que neste caso adota o nome da Tipologia Documental (Heredia Herrera, 2011, p.177, tradução nossa).

Estas afirmações só fazem sentido se o conceito de série adotado tiver relação com o agrupamento de documentos referentes ao mesmo tipo documental, vinculados à mesma função e atividade do produtor. Conforme é possível observar a seguir, os termos fundamentais para a identificação dos documentos de arquivo são completamente diferentes de acordo com a concepção de cada conceito apresentada nos dicionários. O quadro 1 mostra as diferenças explicitadas nas definições dos conceitos.

TERMO	OBRAS DE REFÊRENCIA BRSAILEIRAS	
	<i>Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005)</i>	<i>Dicionário de Terminologia arquivística (1996) 3ª edição 2012</i>
Espécie	Divisão de gênero documental que reúne tipos documentais por seu formato. São exemplos de espécies documentais ata, carta, decreto, disco, filme, folheto, fotografia, memorando, ofício, planta, planta relatório.	Configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas. Ver também: tipo documental.

Tipo	Divisão de espécie documental que reúne documentos por suas características comuns no que diz respeito à fórmula diplomática, natureza de conteúdo ou técnica do registro. São exemplos de tipos documentais cartas precatórias, cartas régias, cartas-patentes, decretos sem número, decretos-leis, decretos legislativos, daguerreótipos, litogravuras, serigrafias, xilogravuras.	Configuração que assume uma espécie documental, de acordo com a atividade que a gerou.
Série	Subdivisão do quadro de arranjo que corresponde a uma sequência de documentos relativos a uma mesma função, atividade, tipo documental ou assunto.	Sequência de unidades de um mesmo tipo documental.

Quadro1- Conceitos que fundamentam a Identificação de Tipologia Documental. Fonte: Faben; Rodrigues, 2019.

A partir deste quadro é possível afirmar que os conceitos do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística publicado pelo Arquivo Nacional, 2005, não devem servir de parâmetro para os trabalhos de identificação de tipologia documental. Pois as definições apresentadas por este dicionário, mantém em um mesmo nível diferentes elementos de divisão e subdivisão, e desta forma não apresenta rigor metodológico no trabalho prático.

A identificação das séries documentais é um processo de pesquisa e sistematização. “É uma tarefa crucial e importante, porque este processo depende de uma conceituação adequada e precisa que será refletida tanto nas nomenclaturas das séries quanto em seus conteúdos” (Aguilera Murguía, 2011, p. 120).

Nesta perspectiva, identificar o documento de arquivo dentro do seu contexto de produção, como prova da ação que determina sua criação, bem como nomear os tipos documentais que compõem as séries, é um desafio e exige um trabalho de pesquisa do arquivista.

A identificação de tipologia documental é totalmente necessária para o arquivista, porque os tipos documentais vão distinguir as séries documentais que são os agrupamentos indispensáveis tanto para fins de classificação como de avaliação (Heredia Herrera, 1991, p.136).

O arquivista municipal de Guadalajara, Javier Barbadillo Alonso, (2007, p. 16) explica que a série documental constitui o objeto básico da classificação arquivística:

Uma série documental, como dissemos, é um conjunto de documentos da mesma origem e do mesmo tipo. Geralmente, há alguma confusão entre séries e tipos documentais, mas deve-se ter em mente que uma série é sempre um conjunto de documentos e um tipo é o modelo de identificação e classificação desses documentos (Barbadillo Alonso, 2007, p. 16, tradução nossa).

A particularidade de cada série a torna única, mas, ao mesmo tempo, faz parte de uma categoria funcional mais geral que dá razão para serem os documentos ligados ao seu produtor. Em suma, a identificação da série documental tem o objetivo de situar as competências, funções e atividades atribuídas por uma legislação vigente em uma entidade e, em seu interior, às unidades responsáveis, que são quem as aplicam, para especificar que documentos, evidenciam e testemunham essas ditas responsabilidades (Aguilera Murguía, 2011, p. 120).

Ramón Aguilera Murguía (2011, p. 131) ainda explica que as séries documentais são a base para atribuir à classificação e o respectivo código de classificação, estabelecer os prazos de guarda e a disposição documental, a fim de determinar o destino final dos documentos de arquivo.

O objetivo da identificação dos tipos documentais de um organismo produtor é o estabelecimento das séries que compõem o fundo documental. Parece conveniente, portanto, expor as razões pelas quais precisamos determinar a série de um fundo: a série documental constitui o testemunho das funções e atividades desenvolvido por uma entidade produtora ao longo do tempo. As séries, portanto, constituem o nível essencial de classificação e descrição dos documentos de arquivo (Barbadillo Alonso, 2007, p. 16, tradução nossa).

A utilização da Tipologia Documental faz com que as denominações dos documentos de arquivo sejam precisas, padronizando também a denominação das séries documentais.

As séries são o testemunho documental e contínuo de atividades repetitivas desenvolvidas por um órgão ou em virtude de uma função e atividade, afirma Heredia Herrera, (1991, p. 146).

O conceito, proposto por Antonia Heredia Herrera e adotado pelo dicionário do conselho internacional de arquivos, define a série como “sucessão ou conjunto de documentos testemunho contínuo de uma atividade que é

produzida por um ou mais agentes como responsáveis por essa atividade” (Heredia Herrera, 2011, p.167).

Este conceito faz todo o sentido, pois permite o agrupamento de tipos documentais que embora possuem nomes diferentes, são testemunhos da mesma função ou atividade que os fizeram existir.

No caso de duplicidade será necessário tê-las muito claras. Por exemplo: (Portaria de nomeação de cargo; Decreto de nomeação de cargo). Para a identificação e denominação destes tipos documentais temos que partir da época e das legislações que os definem. Por isso, documentos com nomes diferentes podem compor a mesma série documental.

A série pode ser agrupada por uma tipologia documental similar em razão dos documentos que a integram. Desta forma a portaria de nomeação de cargo ou um decreto de nomeação de cargo podem compor a mesma série, tendo em vista que ambos documentos nasceram para ser prova do mesmo fim, mesmo que a espécie documental utilizada como a estrutura formal para registro da ação seja diferente.

As séries, então, representam continuidade no tempo e repetição em tipos ou informações. “As séries podem ser pequenas ou volumosas, mas geralmente não são constituídas por uma única unidade (peça documental ou arquivo) porque a condição de único contraria o caráter seriado da série documental” (Heredia Herrera, 1991, p.146-147).

O documento de arquivo ao ser identificado, nos parâmetros da Diplomática e Tipologia Documental, passa a ser reconhecido por sua espécie somada à atividade, denominado tipo documental.

Heloísa Bellotto (1990, p. 10) chama atenção para o uso correto da Tipologia Documental em Arquivologia. Segundo a autora, é necessário discernir a própria conceituação básica da área, sobretudo o que entendemos por documento de arquivo.

A Diplomática ocupa-se do estudo da estrutura formal dos documentos. Portanto, a espécie documental, objeto da Diplomática, é “a configuração que assume o documento de acordo com o objetivo, a disposição e a natureza das informações nele contidas”. Já a Tipologia Documental, “representa uma extensão da Diplomática em direção à Arquivística, ocupa-se do tipo documental que é a espécie documental ligada à ação que a gerou”. Assim, o objetivo da Diplomática é estudar a configuração interna do documento, enquanto o da tipologia vai além da sua composição interna, tem por finalidade estudá-lo enquanto componente de conjuntos orgânicos (Bellotto, 2014 p. 365).

Em outras palavras, os tipos documentais de arquivo são definidos relativamente à natureza legal da ação jurídico-administrativa que lhes dá origem, dentro dos parâmetros de teor e conteúdo legalmente preestabelecidos, sendo veiculados em espécies documentais apropriadas a cada um deles, espécies ditadas pelo direito e pelas práticas administrativas (Bellotto, 2014, p.410).

De acordo com a autora (1990, p. 14), podemos considerar a Tipologia Documental como uma metodologia a ser empregada em diferentes funções arquivísticas. Aproximando os objetivos da Diplomática com os da Arquivologia, respeitando seus princípios.

A Diplomática preocupa-se com a forma documental na qual será registrada determinada ação. Ela orienta o reconhecimento dos padrões e possibilita a identificação dos documentos de arquivo.

Heloisa Bellotto (2014, p. 369) reforça que a espécie documental, no que se refere à estrutura física do documento de arquivo, “torna-se tipo documental quando justamente lhe agregamos à sua gênese, a função/atividade” que a caracterizam como prova do cumprimento da razão pela qual veio a existir.

Ana Maria Camargo exemplifica:

À semelhança do caderno, a configuração física de determinados suportes - ou o formato, como conceituam os arquivistas – incorpora-se ao nome de alguns tipos documentais. Livro-caixa, ficha de consulta, carteira de motorista, cédula de identidade e folha corrida são exemplos desse fenômeno (Camargo, 2015, p.21).

Portanto, a denominação da série documental (sequência seriada do mesmo tipo documental, vinculada a mesma função) obedece à seguinte fórmula: espécie + atividade (verbo + objeto da ação), sob a qual incide os critérios para a classificação e avaliação (Rodrigues, 2012, p.2011).

Renato Tarciso Barbosa de Sousa (2007, p. 155), sistematizando esta mesma perspectiva, apresenta a seguinte fórmula para a identificação de tipologia documental: “substantivo (espécie documental) e uma locução adjetiva, isto é, uma preposição e um substantivo (função)”.

José Luis La Torre Merino e Mercedes Martín-Palomino y Benito (2000, p. 22), afirmam que “como regra geral a denominação da série coincide com o nome da tipologia documental”. Em síntese podemos afirmar que o que determina o tipo documental é a espécie + ação e o que determina a série documental é a função/atividade.

O tipo documental, não é qualquer nome, bem como não é o nome do título do documento de arquivo. Ele é a prova do cumprimento de uma atividade. Por isso, o único profissional capaz de nomear o documento de arquivo a partir da sua razão de ser é o arquivista com conhecimento dos princípios, conceitos e métodos da Diplomática, base teórica da identificação arquivística realizada nos parâmetros da Tipologia Documental.

A Diplomática é uma disciplina investigativa, que fornece à Arquivologia os parâmetros metodológicos necessários para identificar a gênese dos documentos de arquivo, na busca de soluções que superem os desafios impostos para seu reconhecimento, gestão de documentos, bem como a recuperação e o acesso (Rodrigues, 2015, p. 69).

O procedimento de identificação parte do conceito de documento, dos elementos que o constituem, que expressam as atividades e a relação estabelecida com o seu órgão produtor. “A identidade do documento de arquivo se mostra por meio dos elementos que o integram: sua estrutura e substância. Estão representadas através de regras, que contêm elementos intrínsecos e extrínsecos”. Esses caracteres são estudados do ponto de vista da Diplomática e também da Arquivística (Rodrigues, 2013a, p.74).

Ao ampliar a discussão sobre os documentos de arquivo e seus vínculos de proveniência e organicidade no seu contexto de produção, o estudo de identificação arquivística reflete os princípios e as qualidades dos documentos no conjunto ao qual pertencem.

Identificar o documento de arquivo é reconhecê-lo dentro do seu contexto de produção. A Diplomática, base teórica que possibilita analisar a estrutura do documento, permite esta identificação. A Tipologia Documental vista como uma extensão dos estudos diplomáticos, tem por finalidade demonstrar a força probatória do documento de arquivo, quando o reconhece pela ação que lhe deu origem, além disso, expressa a organicidade, inerente a sua própria gênese.

Considerações finais

As discussões teóricas e experiências metodológicas sobre a identificação vêm ganhando força nas discussões sobre a teoria e a prática em Arquivologia no século XXI. O termo identificação é utilizado, em algumas situações, de maneira genérica, sem que tenhamos consciência sobre o seu conceito e sua real importância para a Arquivologia.

O agrupamento tipológico dos documentos de arquivo permite que o tratamento técnico arquivístico incida sobre a série documental tipológica, conferindo rigor e qualidade ao tratamento técnico arquivístico.

A partir destas reflexões, considera-se importante o investimento nos cursos de Arquivologia do Brasil para que sejam formados profissionais arquivistas capazes de identificar o documento de arquivo, nos parâmetros da Diplomática e Tipologia Documental, para que aprendam a reconhecer os tipos documentais, que permitam expressar a força probatória inerente ao documento de arquivo dentro do seu contexto de produção e posteriormente realizar as funções arquivísticas de classificação e avaliação.

É necessário que a disciplina “Identificação Arquivística” seja inserida nos cursos de Arquivologia do Brasil, para que os alunos tenham uma base teórico-metodológica consistente e compreendam os documentos de arquivo, estudando a sua gênese, em seu contexto de produção e acumulação, na perspectiva da Diplomática e Tipologia Documental. Considerando que é um conteúdo fundamental na formação do arquivista, para que ele tenha um referencial teórico e metodológico que permita reconhecer e tratar o objeto de estudo da área, o documento de arquivo desde a sua gênese.

Referências Bibliográficas

- Aguilera Murguía.(2011) R. La Identificación de las Series Documentales. In: *Administración de documentos y archivos: Textos fundamentales*, Madrid. José Ramón Cruz Mundet (Dir.). Coordinadora de Asociaciones de Archiveros, Ministerio de Cultura, 488p.
- Arquivo Nacional. (2001). *Conselho Nacional de Arquivos Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo; relativos às atividades-meio da administração pública / Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 156p.
- Barbadillo Alonso, J.(2007). Apuntes de clasificación archivística. In: *Legajos. Cuadernos de investigación archivística y gestión documental*. Nº 10. Publicación del Archivo Municipal de Priego de Córdoba, p. 27-50.
- Bellotto, H. L. (2015). A diplomática como chave da teoria arquivística. *Archeion Online*. João Pessoa, v.3, n.2, p.04-13, jul./dez.

- Bellotto, H. L. 2014. *Arquivos: estudos e reflexões*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 477p.
- Bellotto, H. L. (2010). Da gênese à função: o documento de arquivo como informação e testemunho. In: *Documento: gênese e contextos de uso*. Niterói, RJ: EdUFF, p. 175-192. (Estudos da Informação, v.1).
- Bellotto, H. L. (1990). Tipologia documental em arquivos: novas abordagens. *Revista Arquivo Rio Claro*, Rio Claro, v.9, n.1, p.4-15, jan.
- Braga, K. S. (2007). Aspectos relevantes para a seleção de metodologia adequada à pesquisa social em Ciência da Informação. In: Mueller, S. P. M. (Org.). *Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação*. Brasília: Thesaurus, p.17-38
- Camargo, A. M. A.; Bellotto, H. L. A (1996). *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura.
- Camargo, A. M. A. (2015) Sobre espécies e tipos documentais. In: *Seminário dar aos documentos: da teoria à prática*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, p.14-31. 347P. Recuperado de: http://fundacao-fhc.org.br/files/dar_nome_aos%20documentos.pdf
- Cruz Mundet, J. R. (2011). *Administración de documentos y archivos: textos fundamentales*. Madrid, Coordinadora de Asociaciones de Archiveros, Ministerio de Cultura, 488p.
- Dicionário brasileiro de terminologia arquivística (2005). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. Recuperado de http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf
- Duranti, L. (1994). Registros documentais contemporâneos como provas de ação. *Estudos Históricas*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 49- 64, 1994. Recuperado de: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1976/2164>
- Duranti, L. (1997). The Archival Bond. *Archives and Museum Informatics*. 11: 213–218, 1997. Kluwer Academic Publishers. Printed in the Netherlands. 1997.
- Eastwood, T. (1994). What Is Archival Theory and Why Is It Important? *Archivaria*, n. 37 (spring), p. 122-130. Recuperado de <https://archivaria.ca/archivar/index.php/archivaria/issue/view/396>

- Faben, A. (2019). *Identificação de documentos de arquivo no contexto da gestão de documentos no Brasil*. Dissertação (mestrado) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 132f.
- Faben, Alexandre; Rodrigues, Ana Célia. (2017a). *A identificação de documentos no contexto arquivístico ibero-americano*. In: A Ciência Aberta: o Contributo da Ciência da Informação: atas do VIII Encontro Ibérico EDICIC. Coord. Maria Manuel Borges, Elias Sanz Casado. Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX - CEIS20. 2017a, p.1061 -1074. Recuperado de <https://purl.org/sci/atas/edicic2017>
- Faben, Alexandre; Rodrigues, Ana Célia. (2017b). *Identificação arquivística como metodologia para o estudo da gênese do documento cartorial: análise tipológica aplicada ao tratamento técnico de registro civil de óbito*. In: Actas del XII Congreso de Archivología del MERCOSUR / Angelly Arancibia Noriel... [et al.] ; compilado por Sofia Brunero ... [et al.]. - 1a ed. - Córdoba : Redes, 2017b. Libro digital, PDF, p. 142-153. Recuperado de <http://redarchiveroscordoba.com/wp-content/uploads/2017/10/TOMO-III.pdf#page=143>
- Fuster Ruiz, F. (1999). Archivística, archivo, documento de archivo... necesidad de clarificar los conceptos. In: *Anales de documentación*, 2., [S.l.: s.n], 1999. p.103-120. Recuperado de <http://revistas.um.es/analesdoc/article/view/2631>
- Heredia Herrera, A. (1991) *Archivística general; teoría y práctica*. 5. ed. Sevilla: Diputación Provincial.
- Heredia Herrera, A. (2011) *Lenguaje y vocabulario archivísticos: algo más que un diccionario*. Sevilla: Junta de Andalucía; Consejería de Cultura.
- Herrero Montero, A. M.; Díaz Rodríguez, A. (2011). La clasificación archivística. In: *Administración de documentos y archivos: Textos fundamentales*, Madrid. José Ramón Cruz Mundet (Dir.). Coordinadora de Asociaciones de Archiveros, Ministerio de Cultura. 488p.
- La Torre Merino, José Luis; Martín-Palomino Y Benito, Mercedes. (2000). *Metodología para la identificación y valoración de fondos documentales*. Madrid: Ministerio de Educación, Cultura y Deportes / S.G. de Información y Publicaciones, (Escuela Iberoamericana de Archivos: experiencias y materiales).

- Manual de gestão documental do Estado do Espírito Santo / Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos; Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Espírito Santo; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. – 6. ed. – Vitória: APEES, SEGER E PRODEST, 2014. 94 p.: il. – Versão eletrônica, n. 6. Recuperado de: http://www.proged.es.gov.br/download/manual_proged.pdf
- Mendo Carmona, C. (2004). Consideraciones sobre el método en archivística. *Documenta & Instrumenta*. Madrid. Universidade complutense de Madrid. I, 35-46.
- Rodrigues, A.C. (2003). Tipologia documental como parâmetro para a gestão de documentos de arquivos: um manual para o Município de Campo Belo, MG. São Paulo: Universidade de São Paulo, (Dissertação de Mestrado). Recuperado de: www.teses.usp.br. Acesso em: 20 de fev de 2017.
- Rodrigues, A. C. (2008). Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos. 2008. 258 f. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo. Recuperado de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-27112008-151058/pt-br.php>
- Rodrigues, A. C. Natureza do documento de arquivo: vínculo e estrutura. In: *Documento: gênese e contextos de uso*. Niterói, RJ: EdUFF, 2010. p. 175-192. (Estudos da Informação, v.1).
- Rodrigues, A. C. (2012). Identificação: uma metodologia de pesquisa para a Arquivística. In *Estudos avançados em Arquivologia*. Marília, São Paulo: Oficina Universitária; Cultura Acadêmica, p. 197-215. Recuperado de: http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/estudos_avancados_Arquivologia.pdf.
- Rodrigues, A. C. (2013). Identificação como requisito metodológico para a gestão de documentos e acesso a informações na administração pública brasileira. *Ci. Inf.*, Brasília, DF, v. 41 n. 1, p.64-80. jan./abr., 2013. Recuperado de: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/issue/view/121>
- Sousa, R. T. B. (2007). A Classificação como função matricial do que-fazer arquivístico. In: *Arquivística: temas contemporâneos: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento* / Vanderlei Batista dos

Santos, Humberto Celeste Innarelli, Renato Tarciso Barbosa de Sousa,
organizadores. Distrito Federal: SENAC, p. 79-172. 244p.